

## **Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de encargos**

- 1- **Simetria e Rigor, Unipessoal, Lda.**, com sede Social na Rua D<sup>a</sup> Teresa nº5, Gregórios, 3105-011- Almagreira - Pombal, com o contribuinte n.º 509 144 802, titular do Alvará de Construção número 64098 emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., e cujo proprietário e gerente é **Frederico Gonçalves Simões**, Portador do Cartão de cidadão nº10816643 com validade até 22-06-2022 e contribuinte nº 210 628 820, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Recuperação de Edifícios Escolares Desativados (Recuperação da Cobertura da Escola dos Alhais)”**.declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

(Consulta da certidão permanente da empresa no sítio internet <https://bde.portaldocidadao.pt/EVO/Services/Online/Pedidos.aspx?service=CCP> , com o código de acesso: **8314-5581-0760**)

2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos;
- b) Nota justificativa do preço proposto;
- c) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra;
- d) Documento a que alude o n.º 4 do Artigo 60.º do CCP;
- e) Uma lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no Projeto de execução;
- f) Proposta de preço;
- g) Plano de trabalhos / Cronograma Financeiro;

h) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição

3- Declara ainda que enuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o Anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 4 desta declaração.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de



agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pombal, 09 de Janeiro de 2020